

SM
hif

CONTRATO-PROGRAMA

ENTRE MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA E ASSOCIAÇÃO GS

=FUNDO DE APOIO À RECUPERAÇÃO COVID-19 =

Considerando que:

Entre:

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA, pessoa coletiva n.º 505 335 018, com sede na Rua Álvares Cabral, Vila Nova de Gaia, representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues, com poderes para este ato, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por Município ou primeiro contraente; e

ASSOCIAÇÃO GS, pessoa coletiva n.º 517 050 374, com sede na Rua do Corvo nº 455, 4410-439 Arcozelo, aqui representado por *Miguel José Moreira Lacerda*, na qualidade de *Vogal*, com poderes para o ato, doravante designada por Associação ou segunda contraente.

E, em conjunto designadas por Partes,

É celebrado, ao abrigo do Fundo de Apoio à Recuperação Pós-Covid – 19 – Apoio às entidades que exercem atividade no concelho, aprovado pela Câmara Municipal em 02 de maio de 2022, o presente Contrato-programa, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(OBJETO)

O presente contrato-programa tem por objeto o apoio do Município à segunda contraente que reveste a forma de comparticipação financeira, destinada a minimizar os efeitos negativos provocados pela Pandemia da Covid-19.

CLÁUSULA SEGUNDA

(COMPARTICIPAÇÃO)

1. No âmbito da cláusula primeira, o Município atribui uma comparticipação financeira no valor total de 35.595,00 € (trinta e cinco mil quinhentos e noventa e cinco euros), a pagar até trinta dias após a assinatura do presente contrato-programa.
2. A comparticipação financeira atribuída à segunda contraente, será obrigatoriamente aplicável no seguinte projeto:
 - Promoção de atividades com a população sénior que fomentem a intergeracionalidade, estimulação cognitiva, combate ao isolamento e práticas de hábitos de vida saudável.

CLÁUSULA TERCEIRA

(OBRIGAÇÕES DA SEGUNDA CONTRAENTE)

No âmbito do presente contrato-programa, a segunda contraente compromete-se a afetar o montante agora atribuído aos fins descritos na cláusula anterior e a remeter aos serviços do Município, indicados no ato de assinatura, um relatório de execução do apoio recebido, no prazo de 30 dias após a conclusão do projeto.

CLÁUSULA QUARTA

(INCUMPRIMENTO, RESCISÃO E SANÇÃO)

O incumprimento das obrigações emergentes do presente contrato-programa, constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do primeiro contraente mediante notificação escrita, implicando a devolução dos montantes recebidos, e constitui impedimento para a apresentação de novo pedido de apoio num período a estabelecer pelo Órgão Executivo.

CLÁUSULA QUINTA

(ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E GESTÃO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA)

O acompanhamento, controlo e gestão de execução do presente contrato-programa é gerido pelo Município de Vila Nova de Gaia através do Gabinete de Apoio ao Sr. Presidente, assistindo-lhe o direito de fiscalizar a sua execução.

m-ji

CLÁUSULA SEXTA
(COMUNICAÇÕES)

No âmbito da execução do presente contrato-programa as informações e comunicações entre os contraentes são realizadas por correio eletrónico considerando-se a comunicação realizada na data da sua receção.

CLÁUSULA SÉTIMA
(DISPOSIÇÃO FINAL)

Sem prejuízo da aplicação da Parte III do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, o presente contrato-programa, fica excluído da aplicação da Parte II do mesmo diploma legal, nos termos da alínea c), do seu nº 4 do artigo 5º.

Assim o disseram e outorgaram em dois exemplares de igual conteúdo e valor, ficando um na posse de cada um dos contraentes.

Vila Nova de Gaia, 06 de dezembro de 2022.

O Presidente da Câmara

Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues

A Presidente

Recebido
12-12-2022

- Aprovado em reunião da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em 21 de novembro de 2022;
- Aprovado em reunião da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia em 24 de novembro de 2022;
- Os encargos relativos ao presente contrato-programa são satisfeitos pelo orçamento em vigor na rubrica do plano 2020-A-133, Red n.º 2022/5344;
- Nesta data, verificou-se a regularidade da situação contributiva da entidade (Segurança social e Autoridade Tributária).